

Calamidade na área de Saúde

A atenção dedicada obrigatoriamente ao Plano Real, a dois dias da implantação da nova moeda, não impediu que a banda do governo que não tem nada a ver com a economia se concentrasse em uma questão da maior gravidade que deixou o presidente Itamar Franco muito inquieto e preocupado nos últimos dias.

O presidente faz uma reunião às 10h de hoje com os ministros da Saúde, da Educação, do Bem-Estar Social e da Justiça com o presidente do Conselho de Segurança Alimentar, Dom Mauro Morelli, e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, para possivelmente decretar estado de calamidade pública na área de saúde no Nordeste e iniciar uma mobilização nacional para conter o dramático aumento da mortalidade infantil na região.

Para se ter idéia das proporções tomadas pela mortalidade infantil, o número de crianças mortas até o primeiro ano era, em 1993, em Alagoas, de 120 em cada grupo de mil, e passou para 174 este ano. Cada estado do Nordeste tem um número assustador. Na Paraíba, passou de 89 para 139; no Rio Grande do Norte, de 85 para 148; em Pernambuco, de 108 para 118; no Ceará, que recentemente ganhou um prêmio do Unicef exatamente por ter reduzido a mortalidade infantil, o aumento foi de 75 para 116. A situação ficou estável apenas no Piauí.

O mais alarmante é que, por falta de um sistema de informações adequado, se suspeita que a situação seja muito pior do que a retratada por esses números. Há muitos casos de óbito de crianças na região que não são oficialmente registrados.

É uma mancha vergonhosa num país que gasta US\$ 7 bilhões este ano com a saúde pública, e que registrou no primeiro semestre deste ano, segundo o IBGE, uma taxa de crescimento econômico de quase 6%. São números incompatíveis com a ordem de grandeza alcançada este ano pela mortalidade infantil.

Certamente, a primeira grande Comissão Parlamentar de Inquérito do futuro Congresso, a tomar posse em fevereiro de 1995, investigará a aplicação dessa montanha de dinheiro na área de Saúde. A cor-

rupção existe onde tem muito dinheiro.

O governo Itamar já se antecipou e produziu no Ministério da Saúde um relatório em que aponta, em primeiro lugar, a crueldade de uma distorção: o país gasta 70% dos recursos federais na cura de doentes, e não na prevenção de doenças.

Em segundo lugar, o relatório dá os primeiros passos para se pôr a mão na ferida maior da política de saúde, que são os desvios de recursos e as fraudes. Revela, por exemplo, que os mecanismos de controle e de fiscalização do governo são impotentes para apurar todos os casos de corrupção. Mesmo assim, cerca de seis mil hospitais estão sob auditoria do governo. Um país que tem sob suspeição número tão impressionante de hospitais está com o seu sistema de saúde apodrecido.

É um caso de polícia. De um lado, milhares de crianças morrem por falta dos mais elementares cuidados de saúde. Decorrem da falta de saneamento básico, por exemplo, 65% das internações hospitalares no Brasil, índice que no Nordeste sobe para 85%. De outro lado, milhões de dólares destinados à saúde são mal aplicados ou criminosamente desviados.

Estão por trás da roubalheira organizações hospitalares e personalidades poderosíssimas. Não se pode ignorar que os donos de hospitais têm, inclusive, uma bancada de grande prestígio e poder de decisão na atual representação do Congresso Nacional.

A decretação do estado de emergência na área de saúde permitirá maior mobilidade administrativa e financeira para enfrentar o aumento da mortalidade infantil. Haverá necessidade de cerca de US\$ 600 milhões a US\$ 700 milhões para desencadear um mutirão nacional de vigilância sanitária, de controle de doenças como a cólera e de combate à desnutrição. O governo Itamar, que tem pouco tempo pela frente, quer apresentar resultados nessa área já em outubro, na Semana da Criança.

Este é um assunto que mexe com o dia-a-dia da imensa maioria dos eleitores, mas que ainda não vem sendo tratado com destaque pelos candidatos a presidente da República.